

A Revista Americana e a construção de um projeto para a América do Sul

Fernando Luiz Vale Castro – PPG-PUC-Rio

É objetivo de nosso trabalho analisar a importância que assumiu entre os intelectuais brasileiros e latino-americanos a Revista Americana, periódico dirigido pelos diplomatas Araújo Jorge, principal responsável pela revista, e Delgado de Carvalho, e pelo jornalista Joaquim Viana, editada, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1909 e 1919.

São quatro os pontos que justificam o desenvolvimento dessa pesquisa, a saber: o período no qual a revista circulou; o local da edição; o fato de ser uma publicação que partiu de dois diplomatas diretamente ligados ao Barão do Rio Branco; e por ter se notabilizado pela apresentação de grande variedade de temas, contando com a participação de uma série de intelectuais e diplomatas de destaque no cenário latino-americano.

O período no qual a Revista Americana circulou foi extremamente fecundo no debate intelectual brasileiro e latino-americano, tendo marcado profundas transformações nos campos político e cultural, fato que faz a época ser uma das mais privilegiadas pela historiografia nas análises acerca da intelectualidade do continente.

Na América, desde os oitocentos, principalmente na segunda metade do século, as interpretações dos intelectuais, no sentido da construção de identidades nacionais, seguiam uma via de mão dupla, ora em direção ao cosmopolitismo, ao pensar a realidade americana como parte integrante do concerto cultural europeu, vinculando-a a esse projeto civilizador, ora redimensionando essa perspectiva cosmopolita aproximando-se de uma discussão de aspectos particulares da cultura americana.

Outro ponto que justifica a importância de se estudar os intelectuais em torno da Revista Americana encontra-se no fato dela ter sido editada na cidade do Rio de Janeiro e de ter partido de diplomatas que faziam parte, mesmo que burocraticamente, da cúpula do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), instituição de relevo no contexto político e cultural

brasileiros, com seus membros assumindo, desde a época imperial, papéis de destaque no cenário nacional.

O fato da revista ser editada na principal “arena cultural” do país, nos obriga a pensá-la a partir das relações que articulam os contextos urbanos e “seus” intelectuais. Compreender a cidade para além da perspectiva administrativa, econômica, financeira e política, nos leva a pensá-la como um local de múltiplos aspectos sociais e culturais constituindo-se, ao mesmo tempo, em produtor e produto das ações, tanto dos atores individuais quanto dos coletivos que nela circulam.

Ao se trabalhar com intelectuais torna-se fundamental, para a compreensão de seus projetos, a observação da interação desses projetos com o meio no qual eles são pensados e postos em prática. No caso da cidade do Rio de Janeiro vários são os trabalhos que buscaram analisar as características históricas da cidade¹, características estas que tiveram grande influência no tipo de intelectual e de produção cultural nela desenvolvida. O fato da cidade ter se constituído, ao longo do Império e das primeiras décadas republicanas, na capital cultural e simbólica e não apenas na capital política do país nos remete à noção de “capitalidade”². Esta noção nos permite atrelar o desenvolvimento da cidade à forte presença estatal, fato que leva o intelectual carioca a ser marcado por um forte vínculo com o estado, na medida em que a maioria dos intelectuais era composta por funcionários públicos de todos os escalões.

Segundo Jeffrey Needel³ essa elite cultural, articulada ao Estado, promoveu e “perpetuou” os seus interesses ao desenvolver paradigmas culturais aproximando-os da realidade brasileira. Essa perpetuação ocorreu por meio de instituições formais e informais que tinham em comum o fato de serem locais públicos e com funções específicas no interior do universo da elite e por conseguinte do Estado.

Os projetos culturais das duas primeiras décadas do século XX, na cidade do Rio de uma integração a partir de uma série de redes de sociabilidade formadas entre os vários grupos intelectuais, nos vários locais construídos na capital do país.

Na nossa opinião a compreensão das ideais e propostas de qualquer grupo intelectual, principalmente em “arenas culturais”⁴, perpassa pela análise da dimensão simbólica e da

dimensão organizacional da produção intelectual em uma série de instituições culturais. Nesse sentido a Revista Americana pode ser considerada um lugar de sociabilidade intelectual privilegiado para se pensar uma série de questões inerentes à intelectualidade das duas primeiras décadas do século XX.

Nesse particular torna-se fundamental analisar os intelectuais que transitaram em torno da Revista Americana lançando luz sobre a atuação do Itamaraty e de seu corpo diplomático no debate intelectual da época, questões praticamente inexistentes na historiografia sobre intelectuais.

De acordo com Sérgio Danese⁵, o Itamaraty exerceu papel fundamental na criação de uma cultura nacional, com traços próprios de identidade, e na função de incorporar, em seu referencial, aspectos da realidade geográfica e cultura do país. Uma rápida análise sobre o Itamaraty nos permite afirmar que ele se tornou um privilegiado local de sociabilidade nas primeiras décadas da República, apesar da presença de uma clara herança imperial entre os diplomatas que, no entanto, não representou um afastamento da ordem republicana. A diplomacia, mesmo “saudosa” da Monarquia, assumiu suas funções de agente do Estado republicano, tanto interna, quanto, e principalmente, externamente.

Convém salientar que a primeira década do século XX, mais precisamente no período de 1902 a 1912, o Itamaraty viveu o período conhecido como o da “diplomacia do Barão”, um “marco na História das relações internacionais do país: verdadeiro ponto de inflexão”, coincidindo com o apogeu da primeira República, após a presidência de Campos Salles na qual o país teve as suas finanças saneadas devido ao êxito do *funding loan* e da exportação do café e de outros produtos.⁶

A estratégia política do Barão foi marcada por uma dupla perspectiva: internamente o Itamaraty aproximou-se das oligarquias que dominavam o sistema político; externamente observou a nova ordem internacional que estava redistribuindo o poder com a ascensão dos Estados Unidos à condição de potência. Nas palavras de Rio Branco: “A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo

Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar e que necessariamente há de ter a sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro”⁷

Há que se destacar, porém, que esta “americanização” assumiu um certo pragmatismo, uma vez que Rio Branco observou a impossibilidade de, ao menos naquele momento, de se formar no “continente” latino-americano um bloco capaz de opor-se aos Estados Unidos, devido a falta de coesão entre os países de origem hispânica e destes com o Brasil.

De acordo com Sérgio Danese, tão logo foram resolvidas as questões das fronteiras, coube à diplomacia brasileira se constituir, também, em instrumento do desenvolvimento dos demais projetos do Estado, a saber: o social e o cultural, passando, a diplomacia, a “trabalhar intensamente para colocar o Brasil no caminho da integração regional com uma contribuição expressiva na dimensão sócio-cultural da construção da nacionalidade que tem relação direta com o avanço do projeto de desenvolvimento em suas ramificações externas”.⁸

Corroborava com essa perspectiva o início de um certo processo de profissionalização do corpo diplomático brasileiro posto em prática por Rio Branco. Na época do Barão o Itamaraty passou a se preocupar com a formação cultural e política de seus diplomatas que, até então, ingressavam na carreira apenas por meio de relações pessoais. Outrossim o gabinete do Barão incentivou a intermediação nos processos de definição da nacionalidade, que se fez em função de relações capitais no plano externo, capitais porque ofereciam elementos de contraste, de competição, de cooperação, de resistência, de influência que ajudaram a “forjar a nacionalidade”.

Apesar de breve, o exposto justifica o interesse sobre a Revista Americana, uma vez que a julgamos de extrema relevância para a compreensão do cenário político - cultural da época, bem como a consideramos a primeira manifestação organizada por um órgão ligado ao Estado brasileiro que objetivava pensar a cultura e identidades nacionais, sendo que esta deveria ser inserida num projeto intercontinental, fato que demonstra um certo vanguardismo em relação a boa parte da intelectualidade daquele período.

No editorial do primeiro número afirma-se que Revista tinha como objetivo

“Divulgar as diversas manifestações espirituais da América e seguir ao mesmo passo, paralelamente, o traçado superior da sua evolução política e econômica, tornando-se um traço de união entre as figuras representativas da intelectualidade desta parte do mundo.

Ella facilitará ao historiador e ao geographo, ao político e ao jornalista, ao artista e ao philosopho, elementos seguros determinantes de uma noção exacta e precisa dos múltiplos e paradoxos, aspectos da nossa vida espiritual.”⁹

De acordo com Álvaro da Costa Franco¹⁰, Diretor do Centro de História e Documentação do Itamaraty, a Revista Americana surgiu como um projeto inovador de cooperação intelectual internacional desempenhando, durante dez anos, papel de grande relevância, e único, em nosso cenário cultural, sendo núcleo de cooperação entre intelectuais americanos. Esta cooperação teria funcionado como alicerce da política de aproximação com os “vizinhos” do Brasil. Tal aproximação segue a lógica da política externa da época, defensora do princípio do Pan-americanismo, reforçada bastante na primeira década do século XX, período consagrado pela historiografia como sendo da “diplomacia do Barão”, fase, conforme já salientado, de clara aproximação entre os Estados Unidos e o Brasil, como podemos constatar, por exemplo, na realização da III Conferência Internacional Americana, na qual ficou patente a política de *unwritten alliance* com os Estados Unidos.¹¹

No já citado editorial do primeiro número da Revista, era constatado o hiato cultural existente entre as Américas, “continente conhecido aos fragmentos” que levava a “ignorância intelectual” entre os países do continente. Tal fato reforçava-se pelas distâncias que separam os países americanos e pela ausência, quase absoluta, de meios de comunicação rápidos e eficientes.

Havia a necessidade de se criar uma identidade própria para o Brasil e a América, na medida em que

“... as idéias, para serem aceitáveis, necessitam trazer a marca européia e transpor os mares nos bojos dos transatlânticos, o descaso injustificável pelas cousas do nosso continente; a indiferença pela sua história; o desamor às suas tradições; o desprezo pelos incontáveis aspectos de sua natureza e ter - se - á um quadro quasi completo de várias causas por que as gentes americanas se desconhecem voluntariamente.[...]

Quando os povos americanos tiverem uma noção mais exacta do valor das suas fortes qualidades originárias e nativas, ainda não de todo esmaecidos ao influxo das culturas exóticas ; quando reconhecerem que o nosso continente, tão mal conhecido e ultrajado, constitui, por si só, uma matriz perenne de estudos, exames, indagações...¹¹²

É, portanto, de extrema relevância, inserir a Revista Americana no debate intelectual brasileiro e, por extensão, latino-americano, do período, reconhecendo a contemporaneidade das preocupações que a inspiraram e do espírito pioneiro que a orientou, antecipando-se na formulação de conceitos, como os de cooperação intelectual, que só posteriormente, ocuparam espaço de destaque na cena nacional e internacional.

¹ Maria Alice Rezende de Carvalho. “A produção de uma cidade: o Rio de Janeiro”. In: *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994. José Murillo de Carvalho. “Aspectos históricos do pré-modernismo”. In: *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro, FCRB, 1988. Margarida de Souza Neves. “Brasil, acertai vossos ponteiros”. In: *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia, 1991. Angel Rama. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985. Afonso Carlos Marques dos Santos. “A cidade do Rio de Janeiro: de laboratório da civilização à cidade símbolo da nacionalidade”. *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília, FUNAG, 2000.

² Estamos pensando na noção de Giulio Carlo Argan, trabalhado por Margarida de Souza Neves em obra acima citada, na qual nos aproximamos da idéia de cidade como “arena cultural”, onde ocorrem, além de embates econômicos e políticos, lutas simbólicas pela manutenção do poder. Ver também, Ângela de Castro Gomes. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

³ Jeffrey D. Needell. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século* São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

⁴ Peter Burke “A cidade pré-industrial como um centro de informação e comunicação”. In: *Estudos Históricos* vol 8 nº 16. Rio de Janeiro, FGV, 1995. No mesmo número da revista Richard Morse “As cidades periféricas como arenas culturais: Rússia, Áustria e América Latina.”

⁵ Sérgio França Danese. *A diplomacia presidencial*. Op cit. Do mesmo autor “a diplomacia da República Velha: uma perspectiva”. *Revista brasileira de Política Internacional*. Ano XXVII, 1984. “A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil.” In : *Política externa* vol 8 nº 1. São Paulo, Paz e Terra / IEA-USP, 1999.

⁶ Clodoaldo Bueno & Amado Cervo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992. Clodoaldo Bueno. *A República e a sua política exterior*. São Paulo / Brasília, UNESP/ FUNAG, 1995. Delgado de Carvalho. *História diplomática do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1959. José Honório Rodrigues. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. José Honório Rodrigues & Ricardo Seitenfus. *Uma História diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1995. Álvaro Lins. *Rio Branco*. São Paulo/Brasília, Alfa-ômega/FUNAG, 1996. Sérgio França Danese. Op cit

⁷ Clodoaldo Bueno & Amado Cervo. *História da política exterior do Brasil*. Op cit p 126.

⁸ Sérgio França Danese. Op cit

⁹ Revista Americana volume 1 setembro de 1909. (editorial)

¹⁰ Revista Americana: seleção de artigos fac-similar. (prefácio). Brasília, Senado Federal, 2001.

¹¹ Gerson Moura. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo, Contexto, 1991

¹² Revista Americana , volume 1, (Editorial)